



ANPEd - Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação

11139 - Resumo Expandido - Trabalho - XVI Reunião da Anped Centro-Oeste (2022)

ISSN: 2595-7945

GT 21 - Educação e Relações Étnico-Raciais

**OS SABERES ANCESTRAIS QUE CONSTITUEM O CURRÍCULO DE UMA ESCOLA QUILOMBOLA DO MATO GROSSO**

Reginaldo Eugenio de Carvalho - UNISINOS - Universidade do Vale do Rio dos Sinos

**OS SABERES ANCESTRAIS QUE CONSTITUEM O CURRÍCULO DE UMA ESCOLA QUILOMBOLA DO MATO GROSSO**

Esse trabalho tem como objetivo conhecer e analisar quais saberes ancestrais constituem o currículo escolar de uma escola quilombola do Mato Grosso. A escola quilombola atende em sua maioria estudantes que residem no Quilombo, e em menor número, estudantes de comunidades circunvizinhas ao Quilombo. Segundo dados obtidos através do Sistema de Gestão Educacional (SIGEDUCA) da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso em 2022 fornecido pela escola, constata-se matriculados um total de 579 alunos, oferecendo educação básica na modalidade regular e Educação de Jovens e Adultos do 3º ano fundamental ao ensino médio. A maioria dos estudantes é de nível econômico baixo.

A metodologia é análise documental, em uma perspectiva descritiva e analítica. Esse trabalho integra uma pesquisa maior, que possui anuência da instituição pesquisada. Além disso, a liderança comunitária também autorizou a realização do estudo. Para construir esse exercício de análise, considero os seguintes documentos: Projeto Político Pedagógico, LDBEN, Pareceres do Conselho Nacional de Educação, resoluções do Conselho Estadual de Educação de Mato Grosso e Normativas da Secretaria de Estado de Educação de Mato Grosso-SEDUC.

A Educação quilombola é um direito público subjetivo garantido pela Constituição Federal de 1988, mas para se chegar nesse patamar foram anos de lutas, e que perdura até os dias atuais. Segundo Botão (2018), trata-se de uma modalidade de educação que está na pauta

dos direitos garantidos (assim como de outros grupos sociais) na nova agenda da diversidade brasileira, cujo mapa mostra o reconhecimento étnico-cultural de um grupo cultural historicamente marginalizado, quando não completamente excluído. A exemplo da Educação Escolar Indígena, oficializada no Brasil em 1999, a Educação Escolar Quilombola configura uma política da diferença, ainda pouco compreendida por muitos educadores e gestores públicos. Desta forma, o Conselho Nacional de Educação homologa a Resolução CNE/CEB nº 8, de 20 de novembro de 2012, definindo as Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica.

O Estado de Mato Grosso, em seu espaço-tempo, isto é, em sua geografia e história, possui forte presença de povos remanescentes de quilombo. Desta maneira, o Estado de Mato Grosso, para o atendimento deste público específico, implementa políticas públicas educacionais que atenda a Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Escolar Quilombola na Educação Básica. Neste contexto, a Secretária de Estado de Educação publica as orientações curriculares para as diversidades educacionais, uma construção coletiva com a participação das comunidades locais e das escolas, na representação de gestores, professores, técnicos e estudantes. A partir desse conhecimento baseado em um inventário local, os envolvidos têm a perspectiva de elaborar um currículo colaborativo, trazendo a tona os bens materiais e imateriais existente na comunidade, valorizando a oralidade dos povos quilombolas como forma de registro do modo de vida, bem como os demais aspectos da cultura afro-brasileira.

O currículo é um território em que ocorrem disputas culturais, em que se travam lutas entre diferentes significados do indivíduo, do mundo e da sociedade, no processo de formação de identidades. Essa constatação levanta, inevitavelmente, algumas questões. Que identidades os atuais currículos estão ajudando a produzir nas escolas quilombolas? Que subjetividades deveriam produzir? Identidades em sintonia com padrões dominantes ou identidades plurais? Identidades comprometidas com o arranjo social existente ou identidades questionadoras e críticas?

O currículo reproduz valores que irão participar da formação de identidade individual e/ou coletiva. Nesse sentido, Moura (2005, p.71) salienta que:

A grande diferença que se deve destacar entre a transmissão do saber nas comunidades negra rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo, fruto da socialização, desenvolve-se de forma natural e não formal e, no segundo, o saber nem sempre está referenciado na experiência do estudante.

Dessa forma, a função da Educação Quilombola é mediar o saber escolar com os saberes local, advindo da ancestralidade que formou a cultura do segmento negro na África e no Brasil. Assim, o currículo deve garantir os conhecimentos e saberes quilombolas, tratando

sua própria história, formas de luta e resistência como fonte de afirmação de identidade quilombola e nacional. Paré e Oliveira (2008, p.218) asseguram que “faz-se mister a inclusão efetiva da questão racial nos currículos escolares, reconhecendo a identidade étnica dos alunos negros e a valorização de suas potencialidades, a partir da ancestralidade africana”.

A escola é um espaço privilegiado de convivência e construção de conhecimentos e saberes. A sociedade brasileira possui uma dívida com relação à reconstrução da identidade e autoestima da população afrodescendente. A estruturação da educação para remanescentes de quilombo deve ser pautada nas Diretrizes Curriculares Nacionais em suas etapas e modalidades, ampliando os conteúdos de base comum, garantindo as especificidades próprias para a educação quilombola, abordando as práticas culturais locais que afirmem sua identidade, valores e saberes que atravessaram o tempo. Outro aspecto relevante é o cumprimento integral através de um currículo que atenda o Art. 26A da LDBEN e as Diretrizes Curriculares para a Educação das Relações Étnico-raciais e para o Ensino da História e Cultura Africana e Afro-Brasileira nas escolas dos espaços e territórios quilombolas, sejam elas no campo ou nas cidades.

O currículo deve remeter a procedimentos metodológicos que rompam com a estrutura funcionalista e eurocêntrica. Pois, quando a prática pedagógica nega a contribuição africana ou a minimiza diante de outras contribuições, como a indígena, portuguesas e outras, colabora para a continuidade do preconceito em relação à cultura afro-brasileira e, conseqüentemente, limita o conhecimento. O currículo deve difundir os valores fundamentais do interesse social, dos direitos e deveres dos cidadãos, do respeito ao bem comum e à ordem democrática, considerando as condições de escolaridade dos estudantes em cada estabelecimento, a orientação para o trabalho, a promoção de práticas educativas formais e não-formais. (BRASIL, 2010).

A organização curricular das escolas quilombolas fundamenta-se nas Resoluções nº 7/2010 e 02/2012 da CEB/CNE, que a escola desempenha um papel fundamental para o povo do Quilombo. Mas eles precisam de sua própria escola em uma comunidade que respeite suas diferenças. A grande diferença que deve ser destacada entre a transmissão do conhecimento nas comunidades rurais e nas escolas é que, no primeiro caso, o processo fruto da socialização, se desenvolve naturalmente e não formalmente e, no segundo, o conhecimento nem sempre é referenciado na experiência do aluno.

O currículo contribui para moldar quem somos, para formar nossas identidades. Entretanto, se o currículo não é pensado e discutido pelas pessoas que compõem a comunidade escolar, ele se sujeita a formar identidades que não correspondem aos anseios da comunidade a quem serve. Segundo o PPP da escola:

Basilados no pensamento de Moreira e Candau (2002), passamos a questionar em relação ao currículo “o que” ensinar? Pois o conhecimento que constitui o currículo está inextricavelmente, centralmente, vitalmente, envolvido naquilo que somos, naquilo que nos tornamos: na nossa identidade, na nossa subjetividade. E sabemos que, ao longo da nossa vida, o

domínio-negação do conhecimento agiu e ainda agem como demarcação, marginalização e negação da diversidade de coletivos sociais, étnicos, raciais, de gênero, dos que habitam o campo e as periferias.

Segundo Arroyo (2013), aos grupos considerados historicamente subalternos, como é o caso das comunidades quilombolas, não apenas foi negado e dificultado seu acesso ao conhecimento produzido, mas foram despojados de seus conhecimentos, culturas, modos de pensar-se e de pensar o mundo e a história. Ou seja, fomos considerados inexistentes, à margem da história intelectual e cultural da humanidade. Logo nossos saberes, culturas, modos de pensar não foram incorporados no dito conhecimento socialmente produzido e acumulado que as diretrizes curriculares legitimam como núcleo comum.

Seguindo a orientação dos documentos acima descritos, percebe-se que a escola pesquisada, em seu Projeto Político Pedagógico, contempla as recomendações das Diretrizes curriculares quilombola, trazendo um currículo rico em ações afirmativas voltadas para a ancestralidade, contribuindo para o seu reconhecimento perante a sociedade. São vários projetos votados para a valorização da identidade quilombola, seus saberes e fazeres. Dentre os Projetos desenvolvidos estão: prática de cultura e artesanato quilombola; dança afro; feira cultural na semana de 20 de novembro; literatura infanto juvenil Afro; reescrita dos clássicos da literatura infantil, intercâmbio cultural, bonecas negras, horta pedagógica, plantas medicinais, resgate de festa de santo e valorização da cultura quilombola, etc.

É possível identificar o envolvimento da comunidade, sendo um centro de transmissão e retransmissão de conhecimentos tradicionais. A escola é o espaço onde se dá o intercâmbio das diferentes culturas, desta forma trabalhando pela valorização de todas as culturas, pois cada uma é rica em suas singularidades. Sendo a cultura o resultado de toda a produção humana deve-se atribuir o valor necessário a Cultura Afrobrasileira, suas raízes, historicidade, enfatizando as contribuições trazidas à humanidade e a valorização dos diferentes saberes no processo educativo. O Projeto Político Pedagógico da Escola Quilombola busca resgatar, dentro da sala de aula, os saberes comunitários e relacioná-los com as diferentes áreas de conhecimento.

Neste espaço de tempo, fazendo uma análise das fontes pesquisadas, percebe-se um empoderamento do currículo escolar, focado nos saberes quilombolas, e na formação intelectual, resgatando culturas, fazendo acontecer ações em conjunto com a comunidade, acreditando em suas potencialidades, projetando uma comunidade consciente e resistente no quilombo. Em tempo após aprofundamento do trabalho, poderemos dialogar e contextualizar o currículo da Escola Estadual Quilombola.

**Palavras-Chave:** Escola Quilombola. Saberes ancestrais. Currículo.

## REFERÊNCIAS

ARROYO, Miguel G. Reinventar a política-reinventar o sistema de educação. **Educação & Sociedade**, v. 34, p. 653-678, 2013.

BOTÃO, Renato Ubirajara; NORTE, Silvane Aparecida da Silva Queiroz. A educação escolar quilombola no Estado de São Paulo: novas diretrizes. **Comunicações**, v. 21, n. 1, p. 153-166.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010. Brasília, Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, 14 de julho de 2010, Seção 1, p. 824, 2010.

MOREIRA, Antônio Flavio Barbosa; CANDAU, Vera Maria. **Currículo, conhecimento e cultura**. Indagações sobre currículo: currículo, conhecimento e cultura. Brasília: 2002.

MOURA, Glória. O direito à diferença. **MUNANGA, Kabengele. Superando o racismo na escola**. SECAD/MEC, Brasília, p. 69-82, 2005

PARÉ, Marilene Leal; OLIVEIRA, Luana Paré de; VELLOSO, Alessandra D.'Aqui. A educação para quilombolas: experiências de São Miguel dos Pretos em Restinga Seca (RS) e da Comunidade Kalunga de Engenho II (GO). **Cadernos Cedes**, v. 27, p. 215-232, 2007